

José Cruz/Agência Senado



Mauro José, Aida Monteiro, Cristovam Buarque, José Geraldo Júnior e Saete Aldrighi durante audiência pública na CDH

Para educadores, analfabetismo viola direitos

Senador Cristovam Buarque e participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos defendem proposta de uma lei de responsabilidade educacional

Alфabetização não apenas é um direito fundamental do ser humano, mas também dá acesso a outros direitos, como o de deter informações sobre cidadania. A partir dessa visão, a audiência pública realizada

ontem na CDH apontou a necessidade de uma legislação que fixe compromissos para a erradicação do analfabetismo e preveja punições administrativas para os gestores públicos que deixarem de cumprir seu papel. **3**

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Aparecida Bontempo, Raupp, Ana Amélia, Cyro Miranda e Aracy da Silva Lêdo na comemoração dos 60 anos das Apaes

Senado comemora os 60 anos das Apaes

Os senadores realizaram, ontem, sessão especial para comemorar os 60 anos de atuação do movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes).

O movimento tem, entre outros, o objetivo de garantir escola especial inclusiva e apoiar a profissionalização de jovens com deficiência intelectual e múltipla. **2**

Relatório preliminar da LDO pode ser votado hoje

A Comissão de Orçamento poderá votar hoje o relatório preliminar à Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO) de 2015. No texto, o Executivo propõe salário mínimo de R\$ 779,79 para o próximo ano. **7**

Vital do Rêgo (2º à dir.) em audiência com a ministra Miriam Belchior (4ª à dir.), em abril: relator acredita em crescimento econômico de 3% em 2015



Zeca Ribeiro

especial Cidadania

Novas regras de concursos visam beneficiar candidatos

Boas condições nas salas de prova e proibição de seleção para cadastro de reserva estão entre as

determinações de projeto do Senado. Hoje entra em vigor cota de 20% para negros e pardos. **4 e 5**



Divulgação/SEE

Mais de 10 milhões de brasileiros tentam entrar no serviço público anualmente

Em pauta, normas para trabalho escravo e domésticas 6

Congresso deve analisar hoje 14 vetos a projetos de lei 2

Publicação divulga atuação das mulheres

Jornal Senado Mulher, da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, acompanha esta edição do *Jornal do Senado*. **6**



Comissão avalia oferta de água no semiárido e crédito rural 8

Economia sustentável em audiência interativa 8



Pessoas com deficiência acompanharam a sessão especial para comemorar os 60 anos do Movimento Apaeano

Trabalho das Apaes é homenageado no Senado

Movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, iniciado em 1954, no Rio de Janeiro, reúne hoje uma federação nacional e 23 federações estaduais, que acompanham 244 mil pessoas

HÁ 60 ANOS presente em todos os cantos do país, o movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) foi elogiado pelos senadores ontem, em sessão especial no Plenário do Senado. Requerida por Ana Amélia (PP-RS) e apoiada por outros senadores, que defenderam a atuação do movimento na educação das pessoas com deficiência, a sessão contou com apresentação do Coral do Senado e com a declamação de poesia de um aluno da Apae, Alexandre Lemos.

O movimento é uma grande rede constituída por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras — públicas e privadas — para a promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência e a sua inclusão social.

A primeira iniciativa do grupo foi no Rio de Janeiro, em 1954, quando foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), liderada por Beatrice Bemis, membro do corpo diplomático americano e mãe de uma criança com síndrome de Down, que,

com outras famílias, vivia o drama de não encontrar escolas para os filhos.

O objetivo do movimento, entre outros, é garantir a escola especial como escola de fato e direito, por isso, inclusiva, do ponto de vista do acolhimento à diversidade; a parceria do poder público com as instituições filantrópicas regularmente constituídas para que seja garantida a política inclusiva; e o apoio à profissionalização e à inclusão no mercado de trabalho dos jovens com deficiência intelectual e múltipla.

Hoje, o movimento reúne a Federação Nacional das Apaes, 23 federações estaduais e 2 mil Apaes distribuídas em todo o país, que dão atenção integral a mais de 244 mil pessoas com deficiência.

Cyro Miranda (PSDB-GO) lembrou que o Movimento Apaeano foi pioneiro no país e responsável por conquistas como a realização do teste do pezinho, hoje obrigatório a todos os recém-nascidos. Ele também destacou projeto de sua autoria (PLS 589/2011), em tramitação na Casa, que garante ensino obrigatório às

pessoas com deficiência.

Ana Amélia citou vários exemplos de inclusão promovida pelas Apaes. Entre eles, parceria com a Biblioteca do Senado, onde oito alunos fazem a higienização dos documentos e livros.

Segundo a senadora, o Movimento Apaeano é o maior movimento filantrópico do país.

— Talvez seja o melhor exemplo de um voluntariado que junta a família, junta os amigos, junta a sociedade numa causa comum, que é a da inclusão — afirmou.

A presidente da Federação Nacional das Apaes, Aracy Maria da Silva Lêdo, ressaltou que a inclusão, tão falada e defendida atualmente, muitas vezes é apenas alvo de “jeitinho” ou é feita “da boca para fora”. Por isso, Aracy destacou a força do Movimento Apaeano. Graças a essa força das Apaes, afirmou Cyro Miranda, foi possível manter, durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) no Senado, o texto da Meta 4, que dá a preferência às Apaes para a educação especial.

Alvaro pede mais investimentos em pesquisas com células-tronco

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou do governo mais investimentos em pesquisas com células-tronco e menos burocracia na importação de equipamentos e insumos por instituições científicas.

Ele lembrou que o Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter uma lei regulamentadora do assunto. Mesmo assim, as pesquisas ainda estão em estágio inicial. Ele citou o caso de duas crianças paranaenses que foram para a Tailândia, já que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) dificultou até mesmo a compra de injeções.

— Esperamos que o governo injete recursos para alavancar pesquisas, desenvolver o tratamento com células-tronco, fundamentais para salvar vidas. O país precisa de providências burocráticas que estimulem as pesquisas em curso.

Ana Amélia lamenta a morte do ex-jogador Fernandão, sábado

Ana Amélia (PP-RS) lamentou a morte do ex-jogador Fernando Lúcio da Costa, o Fernandão, ídolo do Internacional, que comandou a equipe quando o clube conquistou a Libertadores e o Mundial de Clubes, em 2006.

Fernandão tinha 36 anos e jogou também pelo Goiás e pelo São Paulo. Ele morreu num acidente de helicóptero na madrugada de sábado, na região de Aruanã, interior de Goiás.

— Morreu um atleta cujas qualidades foram exaltadas até por aqueles que torciam pela torcida contrária no Rio Grande do Sul, o Grêmio — ressaltou Ana Amélia em pronunciamento no Plenário ontem.

Os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Pedro Simon (PMDB-RS) também lamentaram a morte de Fernandão.

Vetos estão em pauta hoje em sessão do Congresso Nacional

O Congresso Nacional reúne-se às 12h de hoje para analisar 14 vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos de lei. Seis deles vetaram integralmente propostas aprovadas pelos senadores e deputados federais. Os vetos estão na pauta do Congresso desde maio, mas a falta de acordo entre parlamentares tem adiado as votações.

O principal motivo era o veto total ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 98/2002 — PLP 416/2008 na Câmara dos Deputados —, que fixava os critérios para a criação, fusão e o desmembramento de municípios. A presidente Dilma Rousseff argumentou que a medida permitiria a “expansão expressiva” do número de municípios no país,

com aumento de despesas de manutenção da estrutura administrativa e representativa.

No Senado, o autor do projeto, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), apresentou outra proposição sobre o tema, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 104/2014 — Complementar, que contou com o apoio tanto do governo quanto da oposição. A proposta foi aprovada pelos senadores no dia 14 de maio.

Na Câmara, onde foi votado no início de junho, o projeto sofreu alterações. A principal mudança foi a retirada do dispositivo que exigia área mínima para a criação de um município.

Confira todos os vetos da pauta: <http://bit.ly/vetosJUN2014>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão para debates

14h A sessão de hoje é não deliberativa, destinada a pronunciamentos.

PRESIDÊNCIA Convenção do PMDB

10h Abertura da convenção nacional do PMDB; às 11h, reunião da Mesa do Senado; às 12h, preside sessão do Congresso. Às 14h, comparece à convenção do PMDB e, às 19h, à posse de Gilmar Mendes como vice-presidente do TSE.

CRA Recursos hídricos e crédito rural

8h Debate sobre recursos hídricos para o semiárido e crédito rural. A CRA ouve o ministro da Agricultura, Neri Geller, e o presidente do BC, Alexandre Tombini.

CMA Reúso da água

8h30 Projeto que isenta empresa que produzir ou distribuir água de reúso está na pauta da Comissão de Meio Ambiente.

CCJ Sabatinas

10h A comissão sabatina Emmanoel Campelo de Souza Pereira para recondução ao Conselho Nacional de Justiça e Nancy Andrighi para exercer o cargo de corregedora nacional de Justiça.

CPI DA PETROBRAS Ex-diretor

10h15 A Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras ouve o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa.

CONGRESSO Vetos

12h Sessão do Congresso, no Plenário da Câmara, destinada a análise de vetos presidenciais. Entre os quais, projeto que regulamenta a criação de municípios e o que regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência.

CONSTITUIÇÃO Domésticas

14h30 Reunião para análise de emendas a projeto de lei complementar sobre a regulamentação do trabalho doméstico e sobre o trabalho escravo.

CMMC Baixo carbono

14h30 A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas promove audiência pública para debater as finanças na era do baixo carbono com o superintendente de Meio Ambiente do BNDES, Gabriel Visconti.

CMO Relatório da LDO

14h30 Reunião da Comissão de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, para análise, entre outros itens, do relatório preliminar com emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

MEDIDA PROVISÓRIA A Voz do Brasil

15h10 Instalação da comissão mista destinada a examinar a Medida Provisória 648/2014, sobre a flexibilização do horário de transmissão do programa *A Voz do Brasil*, durante a Copa do Mundo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h, audiência pública da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**. Às 10h15, reunião da **Comissão Parlamentar de Inquérito**. Ao meio-dia, **sessão do Congresso**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 12h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **sessão do Congresso**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Saber ler é direito fundamental, aponta debate

Participantes de audiência consideram que falta de formação priva indivíduo de oportunidades e que o país deve se indignar por ser um dos dez com mais analfabetos no mundo

NO BRASIL, MAIS de 13,2 milhões de pessoas não sabem ler e escrever. Outros 40 milhões de brasileiros não chegaram a ultrapassar os quatro primeiros anos de estudo e permanecem analfabetos funcionais, de modo geral, sem capacidade para interpretar um texto curto e simples. O analfabetismo no país foi discutido ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Para os participantes da audiência, o analfabetismo representa a violação de um direito fundamental da pessoa num mundo que passou à “era do conhecimento”. Isso porque, quando despojado de um padrão básico de formação, o indivíduo não reúne condições de acessar e exercer plenamente outros direitos fundamentais, inclusive de informações para votar com consciência.

— Creio que o debate ajudou a criar um clima de indignação em relação ao quadro brasileiro vergonhoso, que nos coloca entre os dez países com maior número de analfabetos no mundo — avaliou Cristovam Buarque (PDT-DF).

O senador, que propôs a audiência, recebeu apoio dos debatedores à ideia de uma lei de responsabilidade educacional, prevista em projeto legislativo de autoria dele. O texto fixa compromissos para a erradicação do analfabetismo e prevê punições administrativas para os gestores públicos que deixarem de fazer sua parte.

Aida Maria Monteiro, do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, salientou que os direitos humanos são “indivisíveis e interdependentes”, não podendo haver su-

pressão de qualquer um deles.

— A educação é bem social do qual não podemos abrir mão e seu objetivo não se reduz à formação de capital humano e da empregabilidade. Precisamos de educação que contribua para a formação da personalidade — defendeu.

Segundo ela, o analfabetismo é um fator de “vulnerabilidade”, que acaba deixando a pessoa “à margem das possibilidades” da vida social.

Invisibilidade

O coordenador do Núcleo de Estudos da Paz e Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB) e ex-reitor, José Geraldo de Souza Junior, observou que o analfabetismo no país ainda se encontra num “campo de invisibilidade”, entre as situações “naturalizadas” e que não sensibilizam de forma mais contundente a sociedade. A seu ver, a explicação pode ser encontrada na própria história do país, que passou pela experiência colonial e a escravidão e chega aos tempos atuais sem transformar radicalmente o caráter excludente de suas estruturas. Ele afirmou, no entanto que leis, ideologias e estruturas passam por permanente crítica e acabam absorvendo novas dimensões.

— O processo histórico está evoluindo para formas de integração, e não de exclusão. Importantes pensadores hoje apontam para um novo conceito de conceber o desenvolvimento, dentro de uma visão de liberdade e de afirmação de direitos. Isso significa eliminar os obstáculos à humanização do sujeito, como a fome, a falta de moradia, a discriminação social e racial e o analfabetismo — ressaltou.



Mauro José da Silva, Aida Maria Monteiro, Cristovam Buarque, José Geraldo de Sousa Junior e Salete Aldrighi na CDH

Educadores querem responsabilização

Diretor de Políticas de Alfabetização de Jovens e Adultos, Mauro José da Silva disse que o Ministério da Educação vem buscando soluções, da forma mais adequada possível, por meio do Programa Brasil Alfabetizado. Apesar das dificuldades, o programa vem sendo reconhecido como referência mundial.

Silva afirmou que o país já conta com boas leis e estudos a respeito do problema. No entanto, segundo ele, prefeitos e secretários de Educação ainda não compreendem nem se empenham o bastante na adoção das estratégias definidas, no interesse de toda a sociedade.

— Sem contar com instrumentos de responsabilização, não vamos conseguir tratar a alfabetização de jovens e adultos como verdadeira prioridade — afirmou.

Aida Monteiro disse que não é possível admitir programas de alfabetização de

jovens e adultos apoiados em alfabetizadores voluntários. Na avaliação dela, o assunto deve ser tratado com profissionalismo, o que exige a mobilização de professores por meio de concursos e capacitação especial. Silva respondeu que, diante do tamanho do desafio do país na área, atuar com voluntários no Brasil Alfabetizado não é “descompromisso”, mas “viável”.

Salete Aldrighi, coordenadora-geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, observou que o papel do órgão é o de articular diferentes áreas de governo para assegurar a proteção aos direitos humanos, com base no Plano Nacional dos Direitos Humanos. Para Cristovam, no entanto, a SDH “ignora” a questão do analfabetismo como uma violação de direitos. Salete explicou

que a secretaria se dispõe a ser parceira na articulação de ações mais específicas sobre o problema do analfabetismo.

Cristovam listou 19 diferentes tipos de violações que entende decorrer da inaptidão para ler e escrever. Começou com o direito de ir e vir, diante da dificuldade que o iletrado tem de saber o destino de um ônibus ou linha de trem. Incluiu o direito ao emprego e até o direito de não ser torturado, pois entende que os embaraços que analfabeto enfrenta dia a dia representam “tortura mental da mais forte gravidade”.

O senador defendeu a federalização do ensino básico, que considera uma saída para uniformizar a qualidade do ensino, diante da incapacidade de resposta de estados e municípios pauperizados. Ele também apresentou aos convidados questões e críticas encaminhadas pelos canais interativos da Casa.

Simon considera que atos contra a Copa ameaçam prestígio do país

Destacando que a Copa do Mundo é muito importante para o prestígio do Brasil no cenário internacional, Pedro Simon (PMDB-RS) criticou ontem aqueles que aproveitam o evento para “demonstrações de revolta”. O senador disse temer que se torne necessária a utilização das Forças Armadas e do aparato policial, o que, para ele, “é muito ruim”.

Ele lembrou que mantém “desavenças enormes” em relação ao governo Dilma Rousseff, mas ponderou:

— Que se critique, mas preparar uma ação de protesto, de rebelião, na frente do estádio, não acho que é a maneira de fazer política. Não soma para ninguém, nem para a oposição — disse.

Para Simon, “se alguma desgraça acontecer, o mundo não vai falar em Dilma, vai falar em Brasil. Temos que mostrar quem é nosso povo”.



Para o senador, ação em estádio “não é maneira de fazer política”

Para Cristovam, Copa revela corrupção nas prioridades

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse em Plenário ontem que a preparação para a Copa do Mundo deixou ao menos um legado para o país: o povo brasileiro percebeu que existe uma “corrupção nas prioridades”.

— É a corrupção que não põe dinheiro no bolso de nenhum político, mas tira dinheiro de uma obra prioritária, que serve ao povo e que vai beneficiar o futuro, para uma obra prioritária do presente para beneficiar a poucos.

Cristovam também observou que as reformas de aeroportos não podem ser consideradas um legado da Copa, porque poderiam ser feitas sem a competição, assim como a construção e a reforma de estádios.

O senador lamentou que os verdadeiros legados, como um transporte público de qualidade, não foram feitos.

— Eu sou cético. Não vejo como haverá outros legados. E, quanto aos pequenininhos que ocorrerem, eu me pergunto: a gente não podia tê-los feito sem Copa? O dinheiro é nosso. Não é a Fifa que financia metrô, não é a Fifa que financia BRT.

Agripino reafirma posição contrária aos conselhos de políticas sociais

José Agripino (DEM-RN) reafirmou a posição do Democratas contrária à instalação dos conselhos de políticas sociais. Na opinião dele, com essa decisão o governo procura driblar a força da representação legítima do povo, expressa no Poder Legislativo. Agripino classificou os conselhos como uma mistura de “coisa atrasada com coisa de extrema direita”, citando regimes autoritários que adotaram mecanismos semelhantes para dar a impressão de ouvir o povo. O senador admitiu que o Congresso tem defeitos, mas tem que ser defendido pelas virtudes.

— As leis que o Congresso produz são sempre de boa qualidade. São refletidas, são debatidas, são democráticas, produto de um país cujo patrimônio maior é a sua democracia — afirmou o senador.



Agripino vê autoritarismo e atraso na adoção dos conselhos

Projeto do Senado que está sendo analisado pela Câmara determina proibição de prova apenas para formação de cadastro de reserva, edital pelo menos 90 dias antes do primeiro exame, obrigatoriedade de oferta de inscrições pela internet e boas condições nas salas para os candidatos. A cada ano, mais de 10 milhões de brasileiros disputam um emprego no serviço público

Concurseiros terão regras mais claras para uma concorrência justa

Marcio Maturana

“HOSANA... HOSANA... HO-SANA nas alturas.” Suellen Rodrigues Róbias fez a prova do concurso para advogada do Metrô do Distrito Federal, em abril, numa escola católica de Brasília que tem igreja dentro — e era Domingo de Páscoa.

— Tinha missa de hora em hora! Foram quatro horas e meia de louvor e pregações. Saí com a música encarnada na minha cabeça — contou a candidata, que considera não ter tido as mesmas condições dos

concorrentes que fizeram a prova em local mais tranquilo.

Para evitar problemas assim e garantir concorrência mais justa aos mais de 10 milhões de brasileiros que anualmente tentam um emprego público, o Congresso vem elaborando a Lei Geral dos Concursos (PLS 74/2010). O Senado aprovou um texto substitutivo de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) à proposta original do ex-senador Marconi Perillo. Como o projeto está recebendo modificações na Câmara, precisará voltar ao Senado (*veja pontos principais da proposta no gráfico da página ao lado*). É provável que isso aconteça agora no segundo semestre.

— Trabalhamos ao máximo para enviar à Câmara um texto moderno, regulamentando pontos que têm levado candidatos a recorrer ao Judiciário. Fizemos audiência com bancas realizadoras de concursos, associações e entidades que atuam na defesa dos direitos dos concursandos — explicou o senador.

Rollemberg é relator também da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2012, do senador Gim (PTB-DF), que está pronta para ser votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e vai permitir que a futura Lei Geral dos Concursos tenha validade não só para a União, mas também para estados, municípios e

Distrito Federal. A PEC prevê a possibilidade de esses entes federados elaborarem normas suplementares para os próprios exames.

Um dos principais pontos do projeto de Lei Geral dos Concursos é a proibição de prova para formação de cadastro de reserva ou com número de vagas inferior a 5% dos postos já existentes no cargo. Outro artigo determina que o edital deverá ser publicado 90 dias antes da primeira prova, sendo veiculado um dia depois nos sites do órgão que faz o concurso e da instituição organizadora. Oferta de inscrições pela internet será obrigatória, com taxa máxima de 3% do valor da remuneração inicial do cargo em disputa.

— A lei vai moralizar os concursos públicos, pois sabemos que a ausência de regulamentação é uma porta aberta para fraudes, principalmente nos municípios — afirmou o presidente da Associação Nacional de Defesa e Apoio aos Concurseiros (Andacon), Guto Bello. Ele participou dos debates no Congresso sobre o projeto.

Dia de votação

Quem já está com o emprego público garantido também apoia as mudanças. O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Roberto Kupski, auditor fiscal do Rio Grande do Sul, lamenta que o projeto ainda não tenha sido aprovado e adverte que, depois da Copa do Mundo, o segundo semestre terá ainda convenções partidárias e eleições.

No entanto, o relator do projeto na CCJ da Câmara, deputado Paes Landim (PTB-PI), garante que pretende marcar a votação na comissão logo após audiência pública já solicitada, mas ainda sem data. Depois falará apenas o Plenário daquela Casa.

— Além da proposta originada no Senado, existem na Câmara mais de duas dezenas de projetos. Assim, julgamos importante debater as inovações propostas por deputados e outras contribuições trazidas pela Andacon e pelo Movimento pela Moralização dos Concursos — explicou o deputado.

Kupski, da Fonacate, quer agilidade na tramitação e acha que o projeto deveria determinar a obrigatoriedade de concurso



Rollemberg (C) coordena debate sobre o projeto com especialistas, incluindo Bello (2º à dir), da associação de apoio a concurseiros

sempre que o número de vagas atingir um índice máximo devido a aposentadorias ou exonerações — algo como 30% ou 40%, segundo ele.

— Atualmente isso depende da iniciativa de cada poder. Então temos carreiras que ficam 20 anos sem concurso — afirmou o auditor fiscal.

Enquanto não são aprovadas as novas regras e a PEC de nacionalização da futura lei, os entes federados têm buscado a moralização dos concursos elaborando as próprias normas. O Distrito Federal, por exemplo, tem desde outubro de 2012 a Lei 4.949, considerada quase unanimemente um grande avanço.

— A lei distrital abrange pontos importantes e deve contribuir de forma positiva no amadurecimento e enfrentamento dos diversos problemas — elogiou Rollemberg.

Bello, da Andacon, também considera a lei distrital um avanço, mas faz ressalvas.

— A taxa de inscrição no Distrito Federal pode ser de até 5% da remuneração. Um cargo com salário de R\$ 10 mil pode então ter inscrição de até R\$ 500, o que não parece razoável — disse. Também têm regras próprias para concursos regionais os estados do Rio de Janeiro (Decreto 43.876/2012) e da Paraíba (Lei 8.617/2008), além do município do Rio de Janeiro (Lei 5.396/2012).

polícia civil, com prova feita em agosto. Ele foi eliminado na fase de análise de vida pregressa e investigação social, mas no mês passado conseguiu na Justiça autorização para prosseguir no processo e há 20 dias começou o curso de formação, última etapa da seleção. G.N.A.J. tinha 17 anos na época do assassinato e cumpriu quatro meses de medida socioeducativa. De acordo com a Constituição federal, criminoso que cumpriu pena não pode sofrer novas punições pelo mesmo crime.

— Esse candidato tinha o direito de recorrer, mas não tem compatibilidade com o cargo de policial. Não queremos perseguição, mas há limites. Um juiz, por exemplo, não pode ter histórico de pedofilia ou de agressão a mulher — opinou o presidente da Fonacate.

Mudanças na Câmara

O texto aprovado pelo Senado confirma a sindicância de vida pregressa na primeira etapa dos concursos. Candidatos ficha-suja sairiam da disputa, mas seria proibida a eliminação de quem ainda não tem condenação definitiva, mesmo respondendo a inquérito policial ou processo criminal. Na Câmara, a regulamentação da sindicância de vida pregressa deverá ser bastante detalhada para evitar arbitrariedades, segundo Paes Landim.

Entre outras mudanças no projeto que começam a se linear na Câmara, o deputado destaca a regulamentação do direito de informação, a necessidade de autorização com antecedência mínima de seis meses e a observância à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O relator na Câmara aponta também, como provável aprimoramento do projeto, uma

regulamentação mais ampla para quando há prova oral, com apresentação de motivos dos resultados. Ele informa ainda que as questões deverão valorizar o raciocínio em detrimento da mera capacidade de memorização e que no exame psicotécnico o candidato só será declarado inapto se houver unanimidade entre três especialistas.

Rollemberg vê com naturalidade as possíveis mudanças no texto apresentado por ele.

— Isso decorre do dinamismo que é peculiar ao processo legislativo — afirmou.

Devido a estabilidade, bons salários, plano de carreira e benefícios, o serviço público tem atraído cada vez mais interessados. Não é raro a relação candidato/vaga alcançar três dígitos, apesar de a quantidade de oportunidades aumentar: neste ano, os concursos ofereceram 130 mil vagas. Em 2015, o número deve chegar a 180 mil. Quem se prepara várias horas por dia, muitas vezes durante anos, tem direito a regras mais claras e melhores condições, sem depender da sorte para não fazer a prova ao lado de igreja em dia de celebrações religiosas.



Estabilidade e bons salários atraem cada vez mais interessados, como os 263 mil que em 2011 fizeram provas para a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

Cota de 20% para negros e pardos vale a partir de hoje

Negros e pardos têm direito a 20% das vagas em todos os concursos públicos federais, segundo lei sancionada ontem pela presidente Dilma Rousseff com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros. O projeto foi aprovado pela Casa em 20 de maio e a reserva, que vai vigorar por dez anos, valerá para quem se declarar negro ou pardo na inscrição de seleções para órgãos da administração pública federal, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

— Essa lei vai garantir que o serviço público federal amplie a representação da diversidade da sociedade brasileira. Apenas 30% dos servidores federais ativos são negros, contrastando com os 50,7% de negros da população. Em carreiras com maior remuneração, a desigualdade é ainda maior: apenas 5,9% de negros diplomatas, 12,3% de auditores da Receita Federal e 14,2% de procuradores da Fazenda Nacional — disse Ana Rita (PT-ES), que relatou o projeto na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A nova lei, no entanto, enfrenta resistências desde a discussão no Congresso. Guto Bello, da Andacon, alega que a cota agride o princípio da meritocracia nos concursos.

— Não somos contrários às ações afirmativas, mas o objetivo do concurso público é selecionar as pessoas mais bem preparadas para o exer-



Renan participa da sanção, entre Dilma e Luiza Bairros, ministra da Igualdade Racial

cício das funções públicas. Até o conceito de negro, em nossa sociedade miscigenada, vai gerar muita dúvida na hora de aplicar a lei — afirmou.

Frei David Raimundo dos Santos, diretor-executivo da ONG Educafro, que oferece cursos preparatórios para negros e carentes, participou da elaboração do projeto no Congresso e diz que o princípio da meritocracia não pode ser encarado de maneira ingênua.

— Existe a meritocracia justa e a injusta, que é a que prevalece nos concursos. A meritocracia injusta não vê o histórico de vida da pessoa.

Qualidade

Para quem diz que cotas podem diminuir a qualidade do serviço público prestado, frei David responde que qualidade não se mede pelo concurso.

— Há treinamento e as tarefas se aprendem na prática, trabalhando. Um candidato pode ser muito bem preparado na teoria, mas na prática não

corresponde — argumentou.

A polêmica é tanta que até quem pode ser beneficiado faz críticas, como a advogada concursista Suellen, que faz exames há quatro anos e abre esta reportagem contando a experiência na prova do metrô.

— Não concordo, mesmo sendo negra. O que tem que ser prezado é o nível de intelectualidade do candidato, e não a sua cor. Muitas pessoas brancas tiveram e têm a mesma dificuldade financeira. Se querem arrumar todo um passado de injustiças e sofrimentos que os negros passaram, o que eu acho louvável, têm que investir em educação — disse Suellen.

Na cerimônia de sanção, Dilma disse esperar que a iniciativa sirva de exemplo para os outros Poderes e para as empresas privadas. No Senado, Renan anunciou em 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura, que a Mesa aprovou cota de 20% para negros nas vagas em concurso da Casa e em contratos terceirizados.

Problemas e soluções

- 1 Editais** sem divulgação suficiente, publicados apenas no Diário Oficial — *Propõe-se divulgação no site da instituição que faz o concurso*
- 2 Prazo** muito curto para inscrição — *Propõe-se mínimo de 90 dias e renovação do prazo se houver modificação relevante no edital*
- 3 Discriminação** por idade, sexo, estado civil — *Propõe-se que não pode haver requisito sem previsão legal e sem relação com a atividade, proibindo exigência de comprovação na inscrição*
- 4 Inscrição** presencial prejudica candidatos de outros municípios e estados — *Propõe-se inscrição pela internet sempre e postos presenciais em pelo menos uma capital regional quando for concurso federal com mais de 50 inscritos por região*
- 5 Não convocação** — *Propõe-se que todos os aprovados sejam chamados para as vagas existentes no período de validade do concurso*
- 6 Contratos de terceirização** antes de chamar os aprovados — *Propõe-se proibição*
- 7 Concurso exclusivamente para cadastro de reserva** — *Propõe-se proibição*
- 8 Concurso** para menos de 5% das vagas existentes — *Propõe-se proibição, com obrigação de informação anual do total de vagas*
- 9 Taxas** de inscrição exorbitantes — *Propõe-se no máximo 3% da remuneração inicial do cargo e isenção para quem comprovar renda familiar inferior a dois salários mínimos*
- 10 Remarcação** faz prova cair na data de outro concurso — *Propõe-se devolução da taxa de inscrição em caso de adiamento, anulação ou cancelamento*
- 11 Conteúdo** da prova não previsto no edital ou sem relação com o cargo, não aceitação da opinião de autores consagrados na área, correção com bibliografia diferente da indicada no edital — *Propõe-se proibição*
- 12 Mudança** de horário ou data em cima da hora — *Propõe-se indenização pelos prejuízos causados a candidatos, como os de outros estados*
- 13 Quebra de sigilo** das provas ou venda de gabarito — *Propõe-se tratamento como crime, responsabilizando os organizadores administrativos, civis e criminalmente*
- 14 Impossibilidade de recurso** em provas discursivas e orais — *Propõe-se fundamentação técnica e objetiva dos recursos para o candidato saber as razões da reprovação*
- 15 Falta de acesso à correção** — *Propõe-se vista pela internet, com visualização e impressão de questões e respostas, inclusive do cartão-resposta*
- 16 Inacessibilidade** — *Propõe-se local de prova com vias de acesso a deficientes, condições ambientais e instalações que não impliquem desgaste físico ou mental, instalações sanitárias adequadas próximas à sala de prova, serviço de atendimento médico de emergência*
- 17 Questões** de múltipla escolha com mais de uma ou nenhuma alternativa correta — *Propõe-se que seja válida a resposta que aponte qualquer uma delas*
- 18 Cobrança de posições doutrinárias** minoritárias — *Propõe-se apenas as majoritárias ou consolidadas*
- 19 Negativa da Justiça** de julgar questões sobre concursos alegando mérito administrativo da instituição organizadora — *Propõe-se acesso total ao Judiciário*



Suellen faz concursos há quatro anos e já viveu momentos de estresse em provas que podem ser evitados com as regras da nova lei

Congresso põe em pauta normas sobre emprego doméstico e trabalho escravo

Está marcada para hoje votação do texto que regulamenta trabalho doméstico e do que trata da expropriação de terra onde se constate escravidão

A COMISSÃO MISTA de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais se reúne hoje para votar emendas ao projeto que regulamenta o trabalho doméstico (PLS 224/2013 — Complementar) e ao que trata da expropriação das propriedades rurais e urbanas em que se constate a prática de trabalho escravo (PLS 432/2013).

Os dois projetos são relatados por Romero Jucá (PMDB-RR), que defendeu, na última terça-feira, a rejeição das 58 emendas da Câmara à regulamentação do trabalho doméstico. Após a leitura do relatório, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) pediu vistas do projeto. Sem a regulamentação, ficam em aberto pontos relativos à jornada de trabalho e ao pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Aprovado em julho de 2013 pelo Senado, o PLS 224/2013 foi para a Câmara dos Deputados, onde recebeu emendas em Plenário. Se aprovado, o relatório de Jucá ao projeto seguirá para o Plenário da Câmara. Caso seja aprovado com mudanças naquela Casa, terá que ser votado novamente pelo Senado.

A comissão também deve analisar as alterações sugeridas à proposta que regulamenta a expropriação de imóvel



Fiscal fornece documentos a trabalhador resgatado: definição de trabalho escravo é questão polêmica que Jucá quer resolver

urbano ou rural prevista na emenda constitucional do trabalho escravo (EC 81/2014), promulgada na quinta-feira.

Emendas

A proposta recebeu 55 emendas, das quais Jucá acolheu 29. Uma das questões polêmicas é o conceito de trabalho escravo. Muitas emendas pretendiam incluir a jornada exaustiva e as condições degradantes na caracterização, mas o relator rejeitou as alterações por considerar os conceitos subjetivos.

Com isso, manteve-se a definição já presente no projeto, que considera para a caracterização do trabalho escravo a

submissão a trabalho forçado, sob ameaça de punição, com uso de coação ou com restrição da liberdade pessoal. São citados ainda a retenção no local de trabalho, a vigilância ostensiva, a apropriação de documentos do trabalhador e a restrição da locomoção em razão de dívida contraída com o empregador.

A votação também estava prevista para a terça-feira passada, mas foi igualmente adiada. Depois de passar pela comissão, o relatório de Jucá ao PLS 432/2013 irá para o Plenário do Senado. Se houver aprovação, o texto será encaminhado à Câmara.



Na avaliação da ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, não há necessidade de redefinir "trabalho escravo" para dar efetividade à recente Emenda Constitucional 81. Ela lembrou que já existe uma definição de trabalho escravo no Código Penal e opinou que eventuais mudanças representariam retrocesso. Ao definir o crime de redução à condição análoga à de escravo, o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) estipula que essa situação ocorre quando há trabalho forçado, jornada exaustiva, condição degradante e restrição do direito de ir e vir.

Humberto propõe emenda sobre carreira de juiz



Humberto Costa, autor de emenda que flexibiliza remuneração de juízes

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PT-PE), apresentou uma emenda à proposta que estabelece um adicional por tempo de serviço, livre do teto constitucional, para juízes e membros do Ministério Público (PEC 63/2013). O governo tem manifestado preocupação com o impacto que a concessão do benefício pode ter em outras categorias do serviço público.

A PEC 63/2013 já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aguarda a quarta sessão de discussão, em

primeiro turno, no Plenário. A proposta cria uma "parcela mensal de valorização por tempo de exercício" que garante um acréscimo equivalente a 5% do subsídio a cada cinco anos de efetivo exercício em atividade jurídica, até o máximo de 35%.

A emenda substitutiva de Humberto não trata do Ministério Público. Prevê a estruturação em carreiras para juízes, de modo a responder à queixa da categoria de que no regramento atual não há valorização dos profissionais com

mais tempo de serviço. Hoje, os juízes dividem-se apenas em substitutos e titulares, com pequena diferença no valor do subsídio. Com a emenda, Humberto considera que poderá ser atendida a reivindicação e, ao mesmo tempo, preservada a rigidez do teto constitucional (de R\$ 29,4 mil), "fundamental para manter o planejamento dos orçamentos públicos".

Segundo ele, o texto flexibiliza a rigidez remuneratória, permitindo um plano de carreira que valorize juízes mais experientes.

Procuradoria da Mulher do Senado lança jornal mensal

É distribuída hoje, com o **Jornal do Senado**, a primeira edição do *Jornal Senado Mulher*, o novo informativo mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado. A versão on-line está disponível em <http://bit.ly/1olsIYL>.

A iniciativa foi possível graças à parceria entre diferentes setores do Senado, especialmente o **Jornal do Senado** e a Coordenação de Criação e Marketing (Comark).

O *Jornal Senado Mulher* divulgará notícias da procuradoria. A participação feminina na política, o empoderamento feminino e o enfrentamento de toda forma de violência contra a mulher serão temas recorrentes.

O cargo de procuradora da Mulher é ocupado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



Waldemir Barreto/Agência Senado

Indicados para Conselho Nacional de Justiça serão sabatinados hoje

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sabatinará hoje dois indicados para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Às 10h, os senadores vão arguir Emmanoel Campelo de Souza Pereira, indicado pela Câmara para ser reconduzido ao CNJ no período de 2014–2016. Às 14h30, será a vez da ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrighi, indicada para o cargo de corregedora nacional de Justiça no mesmo período.

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), comentou que, pela primeira vez, o CNJ vai ter uma corregedora egressa da Justiça estadual, conhecedora das dificuldades da primeira e da segunda instâncias judiciais.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Comissão tenta votar relatório preliminar à LDO 2015 ainda hoje

Texto faz projeções de crescimento da economia mais otimistas que as do mercado, admite relator. Salário mínimo vai a R\$ 779,79

O RELATÓRIO PRELIMINAR à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 deve ser votado hoje, em reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) marcada para as 14h30. O texto foi divulgado pelo relator Vital do Rêgo (PMDB-PB) na semana passada. Após a aprovação do relatório, será aberto prazo para a apresentação de emendas à LDO.

No relatório, Vital do Rêgo reconhece que as projeções para o crescimento da economia brasileira na proposta da LDO (PLN 3/2014) “mostram-se mais otimistas que as expectativas do mercado”. Entretanto, ele entende que os cálculos oficiais “estão amparados em parâmetros fiscais sólidos e refletem uma política governamental direcionada para reverter os efeitos da crise internacional e assegurar estabilidade nos preços e estímulos ao setor produtivo nacional e à geração de empregos”. O relator diz acreditar que o país tem condições de aumentar o PIB em 3% em 2015.

O relatório estipula que cada congressista poderá apresentar até três emendas individuais para integrar o Anexo de Metas e Prioridades, cujo conteúdo, a exemplo de outros anos, não compõe a proposta orçamentária encaminhada pelo governo ao Congresso. Também estabelece que as 15 ações de interesse nacional mais indicadas pelo conjunto dos parlamentares serão acolhidas na versão final a ser votada pela comissão.

Vital propõe que o anexo seja elaborado apenas com emendas coletivas, até porque as emendas individuais estão prestes a ganhar natureza im-



Relator Vital do Rêgo (D) em audiência realizada em abril com o presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro, e Miriam Belchior

positiva, dada a aprovação em primeiro turno, no Plenário da Câmara, da PEC 358/2013, que torna obrigatória a execução das programações decorrentes de emendas individuais.

A Câmara e o Senado pos-

suem, em conjunto, 34 comissões permanentes e 27 bancadas estaduais aptas a apresentar emendas ao projeto orçamentário. Vital sugere que se restrinjam a apresentação e o acolhimento a apenas três

emendas por autor coletivo. Nesse caso, o anexo teria, no máximo, 183 ações governamentais, o que, na visão do relator, se mostraria mais razoável e compatível com a priorização das despesas.

Termina à noite prazo para acerto de emendas com impedimentos

Acaba às 20h30 de hoje o prazo para os parlamentares acertarem pendências de emendas individuais junto a prefeituras e, assim, conseguirem liberar os recursos do Orçamento.

Mais de 25% do valor das emendas parlamentares individuais foi declarado com impedimento técnico pelo Executivo, em mensagem de 22 de maio, e pode deixar de se transformar em obras sugeridas por deputados e senadores.

Segundo o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), as emendas emperram por dificuldades nas prefeituras.

Já o deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG) acredita

que as normas editadas pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República foram feitas para impedir a execução obrigatória das emendas individuais.

— Muitos dos nossos prefeitos de quase 6 mil municípios não têm condições técnicas e não têm funcionários com capacidade técnica para apresentar as emendas em tempo hábil, de acordo com o que a lei exige — disse.

O prazo inicial foi adiado da última quarta-feira para hoje, mas os parlamentares reclamaram da dificuldade de interlocução com o Ministério da Saúde, foco da grande maioria dos recursos de emendas com impedimento. (Da Agência Câmara)

Raupp celebra isenção de ICMS a Guajará-Mirim

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou ontem a concessão de incentivos fiscais ao município



Waldemir Barreto/Agência Senado

de Guajará-Mirim, em seu estado. O senador afirmou que, por meio de decreto assinado pelo governador Confúcio Moura, foi regulamentada a isenção de 80% do ICMS nas operações realizadas por lojas francas instaladas na cidade.

Raupp disse em Plenário que a medida é um alívio para o município. Ele observou que a região ainda luta contra os efeitos da cheia histórica do Rio Madeira. De acordo com ele, a isenção trará prosperidade para a cidade.

— A expectativa é de que essa isenção, somada aos benefícios federais, possa iniciar um ciclo de crescimento, puxado pelo comércio, ajudando na recuperação da cidade, cuja economia declinava desde os anos 90 — afirmou.

Raupp ressaltou que a reconstrução de uma cidade depende da cooperação de todos os níveis da administração e apelou à presidente Dilma Rousseff para que edite uma medida provisória destinando recursos para reconstrução dos vários municípios de Rondônia afetados pelas enchentes deste ano.

COMISSÃO VOTA RELATÓRIO DE MEDIDA PROVISÓRIA

A comissão que analisa a MP 641/2014, que modifica a Lei de Comercialização de Energia Elétrica, deve votar relatório de Vital do Rêgo (PMDB-PB) hoje. A última reunião foi suspensa após pedido de vista coletiva. O voto do relator foi favorável à aprovação.

GUIA DE FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O SENADO FEDERAL

Muitas obras, uma publicação. Agora on-line.

Chegou a versão on-line do Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal. Agora você tem as informações que precisa sempre à mão e atualizadas. Para conhecer melhor o funcionamento e a importância do Poder Legislativo, consulte o Guia on-line.



Acesse o Guia on-line em www.senado.leg.br/guidafontes ou utilize o QR Code.



A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária decidiu avaliar as políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido nordestino e o crédito rural. Ministros foram convidados para a audiência hoje

Comissão debate recurso hídrico no NE e crédito rural

RECURSOS HÍDRICOS PARA o semiárido nordestino e o crédito rural no Brasil serão tema de audiência pública hoje, às 8h, na Comissão de Agricultura (CRA). O requerimento foi feito pelos senadores Acir Gurgacz (PDT-RO) e Ruben Figueiró (PSDB-MS).

Os dois assuntos foram os escolhidos pela CRA como políticas públicas a serem avaliadas pelo colegiado. A avaliação de políticas públicas em comissões do Senado foi determinada pela Resolução 44/2013.

De acordo com Gurgacz, as duas políticas são complexas e envolvem diversos órgãos nacionais, estaduais e municipais, o que pode levar a comissão a fazer requerimentos de informações para esses órgãos.

“Ao final desse processo,

pretende-se elaborar relatório preliminar sobre o assunto, que será analisado no âmbito da CRA em outubro de 2014. O relatório final deverá ser votado pela comissão em dezembro deste ano”, afirmou Gurgacz no requerimento.

Foram convidados os ministros da Agricultura, Neri Geller; do Desenvolvimento

Agrário, Miguel Rossetto; da Integração Nacional, Francisco Teixeira; e da Pesca, Eduardo Lopes.

Também devem comparecer à audiência os presidentes do Banco Central, Alexandre Tombini; do IBGE, Wasmália Bivar; e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Sergei Soares.



Cultivo no semiárido paraibano: avaliar políticas públicas é papel das comissões

Audiência discutirá finanças na era do baixo carbono

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) promoverá audiência pública, hoje, para debater as finanças na era do baixo carbono. A comissão tem discutido a criação de impostos mais altos sobre o uso dos combustíveis fósseis, que liberam dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera.

Foram convidados para a audiência o superintendente de Meio Ambiente do BNDES, Gabriel Visconti, o chefe de Regulação de Inclusão Financeira e Responsabilidade Socioambiental do Banco Central, Ro-

drigo Porto, e um representante do Ministério da Fazenda.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h30

- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CMMCfinancasEC>
- ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF
- ▶ **Twitter:** @e_cidadania #baixocarbono
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoMudancasClimaticas>

Acir Gurgacz pede apoio federal à reconstrução de RO

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu, ontem, apoio do governo federal na execução do Plano Integrado de Reconstrução e Prevenção de Desastres de Rondônia.

O senador destacou que o plano reúne contribuições do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor com o objetivo de recuperar a infraestrutura de Rondônia e trabalhar na prevenção de futuros desastres causados pelas cheias.

— O que destaque nesse plano é que ele é muito mais do que um conjunto de propostas para recuperar os prejuízos da enchente do Rio Madeira. O governador Confúcio Moura aproveitou o momento para realizar um planejamento estratégico para executar ações que reduzam os riscos de desastres em Rondônia — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gleisi discute enchentes com prefeitos do Paraná

Gleisi Hoffmann (PT-PR) reuniu-se ontem pela manhã com prefeitos de várias regiões do Paraná. Na pauta, a questão das chuvas que atingiram mais de 80 municípios do estado no final de semana passado. Para ela, é necessário levantar as situações mais críticas para que as demandas sejam atendidas com maior rapidez.

— Meu gabinete também está à disposição dos prefeitos, em Brasília, para encaminhamentos das demandas — afirmou a parlamentar.

Gleisi falou com o secretário nacional de Defesa Civil, general Adriano Pereira Júnior, que, com o ministro da Integração, Francisco Teixeira, e a senadora se reuniram com o governo estadual para discutir o problema.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Rolleberg critica burocracia na construção civil

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) criticou ontem o “exagero de burocracia” que afeta a construção e a aquisição da casa própria, aumentando em até 12% o valor final do imóvel, segundo dados do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal.

— No DF hoje, diversas pessoas que compram imóveis vivem problemas graves, porque o empreendedor constrói o prédio, mas a companhia de água de Brasília ou a companhia de luz não faz a ligação de luz no período acordado. Atrás seis, oito, dez meses. Isso gera um conflito porque a pessoa acaba acionando o construtor no Procon. E o cidadão, que poderia já estar morando há seis meses, um ano, tem uma despesa extra de aluguel — alertou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Visitação ao viveiro encerra Semana do Meio Ambiente

Senado e Câmara realizaram uma série de ações para promover a sustentabilidade e a educação ambiental.

A visita ao viveiro do Senado encerrou, na sexta-feira, a Semana do Meio Ambiente no Congresso Nacional. A semana reuniu iniciativas realizadas em parceria do Senado com a Câmara e teve como objetivo promover a educação ambiental dos servidores em relação à importância da sustentabilidade do planeta.

No Senado, os eventos foram promovidos pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socio-

ambientais, em conjunto com o Programa Senado Verde.

Foram oferecidos dois dias de visita ao viveiro, na quinta-feira e na sexta-feira, às 10h e às 15h. A principal contribuição do viveiro para o meio ambiente é o sistema de compostagem, em que o material orgânico é armazenado em caixas e transformado em adubo pelo processo de decomposição. Hoje, 95% dos restos orgânicos gerados no Senado vão para o viveiro. A produção anual de adubo é de 70 toneladas, proporcionando economia de R\$ 30 mil ao ano.



Sistema de compostagem do viveiro produz 70 toneladas de adubo por ano



Proposta prevê o fim de tributos para instalação de sistemas de reúso de água

Projeto incentiva empresas que reutilizarem água

Empresa que produzir ou distribuir água de reúso poderá ter redução de 75% do Imposto de Renda e isenção da contribuição de PIS-Pasep e Cofins. Esses incentivos constam de proposta que está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O projeto (PLS 12/2014) determina ainda o fim do IPI e da contribuição de PIS-Pasep e Cofins no caso de compra de equipamentos para instalação, manutenção, ampliação ou modernização de planta de tratamento de água de reúso.

O autor da proposição, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), considera que as medidas, ao diminuir os custos de produção, vão aumentar o interesse pelo reaproveitamento de recursos hídricos e incentivar o desenvolvimento de tecnologias para facilitar a reutilização de água.

A proposta tem por base o reúso direto não potável de água, previsto na Resolução



Genaldino Magalhães/Agência Senado

54/2005, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A norma visa evitar que água tratada seja utilizada para irrigação de jardins, lavagem de áreas públicas, desobstrução de tubulações e combate a incêndios.

Para esses casos, está prevista a reutilização de água proveniente de esgoto e de demais efluentes líquidos domésticos e industriais, desde que dentro de padrões definidos para as modalidades de uso pretendidas.

Ao elogiar os incentivos previstos no PLS 12/2014, o relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), lembrou que o uso racional de água se tornou ainda mais necessário frente a problemas de desabastecimento já enfrentados em algumas regiões. O relator recomendou a aprovação do texto, com uma emenda de redação.

Depois da CMA, a proposta vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa.